

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Keila **MACARRONI**¹
Nashilla Aryadne Silveira **QUEIROZ**²
Viviane Cristina **MARTINIUK**³

RESUMO:

O Presente estudo buscou demonstrar a importância do psicólogo no contexto escolar. A Psicologia Escolar tem suscitado inúmeras reflexões acerca da identidade dos profissionais que nela atuam, sobretudo a necessidade de uma redefinição do seu papel na escola e da reestruturação da formação acadêmica desse profissional. Até o presente momento o psicólogo escolar ainda não consolidou seu espaço de atuação profissional, existindo ainda a necessidade de redefinição do seu papel nas instituições escolares visando, sobretudo, o exercício de uma prática psicológica integrada com a realidade brasileira em uma perspectiva mais preventiva e interdisciplinar.

Palavras-chave: Psicologia educacional, Psicologia escolar, Psicólogo da educação.

ABSTRACT

The present study sought to demonstrate the importance of the psychologist in the school context. School Psychology has raised numerous reflections about the identity of the professionals who work in it, especially the need to redefine their role in school and to restructure the academic training of this professional. Up to the present moment, school psychologists have not yet consolidated their professional performance space, and there is still a need to redefine their role in educational institutions, aiming, above all, at exercising a psychological practice integrated with the Brazilian reality in a more preventive and interdisciplinary perspective.

Keywords: Educational psychology, School psychology, Educational psychologist.

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT – da Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva. keilamacarroni@alunos.fait.edu.br

² Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT – da Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva. nashillaaryadnesilveiraquiroz@alunos.fait.edu.br

³ Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT – da Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva. viviane.cristina@professor.fait.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, professores de qualquer escala de ensino, vêm assumindo muito mais responsabilidades no âmbito educacional e até fora dele e, dessa forma, toda essa gama de atividades os tem sobrecarregado, uma vez que muitas vezes, esses profissionais precisam se dedicar ao planejamento de aulas, aos ensinamentos e aconselhamentos de crianças e adolescentes, jovens e adultos, ao invés de apenas buscar transferir os seus conhecimentos e material de estudo.

Dessa forma, esses profissionais – os professores observam e acompanham as dificuldades que os alunos experimentam dentro da sala de aula. E é nesse momento em que, além da grande participação dos professores no acompanhamento dos alunos, acredita-se, que se faz necessária a participação de um profissional da Psicologia.

A participação do psicólogo na vida dos alunos e familiares é fundamental para o desenvolvimento emocional e educacional dos estudantes. O psicólogo educacional é um profissional da área da psicologia que tem como objetivo trabalhar com questões relacionadas ao processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos em ambientes educacionais, como escolas e universidades.

O psicólogo educacional pode atuar em diferentes momentos e situações, desde a fase de adaptação escolar até as dificuldades de aprendizagem e questões emocionais que possam surgir ao longo da vida escolar. Pode, ainda, atuar em diferentes áreas, como na orientação educacional, no aconselhamento e apoio aos estudantes, na elaboração de programas de intervenção pedagógica e na promoção da saúde mental dos alunos.

Neste trabalho foi adotado como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica de caráter Revisão de Literatura através de levantamento bibliográfico realizado no período do mês de março a abril de 2023, em consulta de dados em livros e publicações em bibliotecas eletrônicas Google acadêmico, SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*) e e-book ao qual correlacionam com o tema proposto. Analisou-se artigos científicos e livros no período de 1993 a 2020 relacionados aos conceitos, abordagens sobre o estudo do Psicólogo Escolar e a presença desse profissional no ambiente escola.

Nesta via, este trabalho apresentará algumas impressões sobre a atuação do Psicólogo Educacional no contexto escolar, além de apoio às famílias dos alunos.

2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A PSICOLOGIA

2.1 A Educação como um direito fundamental

A Educação é um direito constitucional garantido a todos os brasileiros, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. O artigo 205 da Constituição define que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o Estado tem a obrigação de garantir o acesso à educação para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de raça, gênero, classe social ou qualquer outra condição. A educação deve ser gratuita e oferecida em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo a educação profissional e tecnológica (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição Federal (1988) estabelece que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, do respeito à liberdade e apreço à tolerância, da gestão democrática do ensino público e da valorização dos profissionais da educação.

Assim, o direito à educação é fundamental para o desenvolvimento humano e social do país, confiante para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, além de possibilitar a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico do país.

2.2 Uma abordagem histórica sobre a escolarização básica

Ao propor uma reflexão sobre a educação brasileira, vale lembrar que só em meados do século XX, o processo de expansão da escolarização básica no país

começou e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), aprovada em 1996, trouxe um grande avanço no sistema de educação no nosso país. Esta lei visa tornar a escola um espaço de participação social, valorizando a democracia, respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão. A escola ganhou vida e mais significado para os estudantes (SAVIANI, 2005).

Os desafios da educação brasileira envolvem aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, e tantos outros. Em estudo elaborado pelo Banco Mundial, entre os desafios mais importantes para a próxima década, estão a qualidade do ensino secundário, a eficiência do gasto público, a qualidade dos professores e a educação infantil. Sem dúvida, esses são pontos essenciais segundo Janguê Diniz.

A atenção do Brasil com a educação é muito recente. É preciso, além de ampliar os investimentos, direcioná-los e acompanhar sua utilização. Quando se analisa o quadro da educação, observamos que o país está aumentando rapidamente o ensino pré-escolar e a cobertura das creches, mas é preciso cada vez mais foco na qualidade desses serviços.

Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito. A escola, ensino fundamental e médio, ou a universidade, tornaram-se locais de grande importância para a ascensão social de muitas famílias que têm investido muito neste setor.

A formação do Brasil implica necessariamente na estruturação de nosso modelo de ensino porque desde os primeiros anos de nossa descoberta sofremos de falta de estrutura e investimento nessa área. Contudo, além do componente histórico que parece ser de comum aceitação, aparece o problema do modelo pedagógico adotado.

2.3 Relação professor/aluno

Em um método tradicional de ensino, o professor na sala de aula ensina e é a autoridade máxima, passando as ordens quanto a realização de uma atividade

e/ou conteúdos e, assim, os alunos obedecem e aprendem. Gadotti, 1995.

Não é falso afirmar que o paradigma de ensino tradicional foi um dos principais a influenciar a prática educacional formal, bem como o que serviu de referencial para os modelos que o sucederam através do tempo. É necessário reconhecer que o caráter tradicional atual da escola passou por muitas modificações ao longo de sua história.

Segundo Gadotti a organização do sistema de ensino inspirou-se na emergente sociedade burguesa, a qual apregoava a educação como um direito de todos e dever do Estado. Assim, a educação escolar teria a função de auxiliar a construção e consolidação de uma sociedade democrática.

Segundo Fernandez (1991) para aprender, necessitam-se dois personagens (ensinante e aprendente) e um vínculo que se estabelece entre ambos, quando há um fracasso na aprendizagem, é preciso pensar sobre estas situações, pois o problema pode estar no professor, na escola, nos pais e não exclusivamente no aprendente.

Assim, deve-se haver um equilíbrio entre as duas partes: o aluno respeitando o professor como autoridade em sala de aula e, o professor respeitando o aluno como ser humano em processo de aprendizagem, formação de valores e construção de novos conhecimentos.

O principal papel dos professores, na promoção de uma aprendizagem significativa é desafiar os conceitos já aprendidos, para que eles se reconstruam mais ampliados e consistentes, tornando-se assim mais inclusivos com relação a novos conceitos. Quanto mais elaborado e enriquecido é um conceito, maior possibilidade ele tem de servir de parâmetro para a construção de novos conceitos isso significa dizer que quanto mais se sabe, mais se tem condições de aprender. (LIBÂNEO, 1994)

Atualmente, o papel do professor vai muito além de transferir conteúdo da grade curricular, já que esta trabalha em prol de preparar os alunos para a vida em sociedade. Essa parte é o que torna a atuação do professor mais complexa, pois além de ajudar a alfabetizar e formar bons cidadãos, o professor lida também direta e indiretamente com problemas sociais que os alunos trazem de fora da escola para dentro das salas de aula, principalmente problemas referentes ao âmbito familiar (LIBÂNEO, 1994).

2.3 Dificuldades de aprendizagem

A área da educação nem sempre é norteadada de sucesso e aprovação, pois, muitas vezes, no decorrer do ensino, o professor se depara com problemas que deixam os alunos estagnados diante do processo de aprendizagem, sendo rotulados pela família e colegas.

Conforme Major (1987), o termo “problemas de aprendizagem” é frequentemente mal interpretado, devido a várias definições que lhe foram atribuídas. Geralmente, quando se refere à criança com problemas de aprendizagem, faz-se inferência a uma criança com inteligência mediana (ou acima da média), sem problemas motores ou emocionais que sejam sérios a partir dos parâmetros normais. Além disso, os rótulos utilizados para descrever esse tipo de criança são: deficiência perceptiva, lesão cerebral, disfunção mínima cerebral (DMC), entre outros.

Segundo Ferreira (1997), o que acontece no início da escolaridade primária é decisivo para todo o resto da história escolar da criança, pois é no primeiro ano das séries iniciais que a criança é definida como um aluno lento, rápido, com ou sem problemas. É neste espaço que o aluno receberá o primeiro rótulo, que terá consequência no resto da sua escolaridade.

Assim sendo os problemas de aprendizagem afetam negativamente a vida escolar, familiar, social e psíquica de muitas crianças e adolescentes, causando sofrimento e perda de autoestima. Sofrem, também, os pais e cuidadores, sentindo-se impotentes frente às dificuldades do filho. (FERREIRO,1997).

As dificuldades podem ser decorrentes de diversos fatores a fim de auxiliar o desenvolvimento do processo educativo dentre eles podem ser destacados problemas emocionais, percebendo se estão associadas à preguiça, cansaço, sono, tristeza, agitação, desordem, dentre outros, considerados fatores que também desmotivam o aprendizado, a dislexia, que vem tendo grande repercussão na atualidade, porém, é necessário estarmos atentos a outros sérios problemas, como a disgrafia, dislalia, disortografia e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). (FERREIRO,1997).

O processo para diagnóstico desses alunos não é tarefa simples, no entanto, muitas vezes, o professor suspeita e percebe que algo não está dentro da normalidade

com um aluno, por isso, antes de estabelecer um rótulo, faz-se necessário buscar conhecer as supostas causas dessa anormalidade para tomar a atitude necessária. (FERREIRO,1997).

Apesar da grande importância dos professores na identificação desses problemas, eles não possuem formação específica para fazer diagnósticos, que devem ser feitos por médicos, psicólogos e psicopedagogos. O papel dos professores se restringe em observar o aluno e auxiliar no seu processo de aprendizagem, tornando as aulas mais motivadas e dinâmicas, não rotulando o aluno, mas dando-lhe a oportunidade de descobrir suas potencialidades. (FERREIRO,1997).

Para Smith et al. (1997), é preciso questionar acerca de as instituições de ensino promoverem a inclusão dos alunos com dificuldade no aprendizado se realmente estão incentivando-os a superar suas dificuldades, oferecendo condições para que isso aconteça. É necessária uma maior sensibilidade em meio aos profissionais envolvidos na educação e também entre os familiares de crianças com esta dificuldade, para compreender e aceitar o jeito de ser de cada criança, nesse processo também é importante requer avaliações precisas e abrangentes, possibilitando a coleta de todos os dados necessários, com informações diferenciadas e complementares, pautadas na compreensão do desempenho do educando.

2.4 Problemas comportamentais

Sabe-se que a indisciplina de alunos em sala de aula é um dos grandes problemas enfrentados atualmente por educadores brasileiros, que em sua grande maioria acabam desmotivados em parte das vezes, ou afastados de suas atividades por diagnósticos de doenças laborativas diversas. (GARCIA, 1999).

A indisciplina escolar não envolve somente características encontradas fora da escola como problemas sociais, sobrevivência precária e baixa qualidade de vida, além de conflitos nas relações familiares, mas aspectos envolvidos e desenvolvidos na escola como a relação professor/aluno. (GARCIA, 1999).

No âmbito escolar a indisciplina pode ser vista através de três eixos: contexto da conduta dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que os alunos exercem na escola, na relação com os seus pares, e com os profissionais da educação; e desenvolvimento cognitivo dos

estudantes (GARCIA, 1999).

Já no contexto da sala de aula, a indisciplina é caracterizada por atos considerados inadequados pelos professores e anômalos a aprendizagem. (OLIVEIRA, 2002).

Tais atos podem ser: falar junto com o professor, brigar em sala de aula, fazer bagunça e não realizar as tarefas escolares, movimentar-se, gritar, falar alto, imitar animais, responder ao adulto ou ainda gritar, bagunçar, agredir física e verbalmente os colegas e professores empurrar e ficar xingando os mesmos. Seja qual for a concepção de indisciplina, ela estará sempre vinculada à concepção de educação e cidadão. Caso não se opte por uma educação tradicional de cunho autoritário, também não se deve optar por uma educação permissiva e espontânea, na qual o aluno não se sente responsável pelo seu processo de aprendizagem. (OLIVEIRA, 2002).

O comportamento indisciplinado é essencialmente negativo, atrapalha a aprendizagem escolar, revela falta de educação, ataque ou patologia e deve ser enfrentado por medidas moralizadoras, punitivas ou médicas psicológicas. (OLIVEIRA, 2002).

Para Aquino (1999), o professor e a escola devem ter por objetivo central como a transmissão e recriação do conhecimento construído socialmente. Um grande problema é que o professor se mantém rígido em seu lugar de autoridade, para o aluno não é o único foco da indisciplina escolar, mas, ao mesmo tempo, indica sistematicamente as ações que devem ser desenvolvidas pelo professor e na escola como forma de busca a solução desta problemática.

O meio familiar tem muita importância sobre as atitudes do aluno além de fornecer e reforçar comportamento e valores apropriados, a família é o agente intermediário de cultura ao filtrar e interpretar os valores e comportamentos de subgrupos diferentes. (AQUINO, 1999).

A escola deve buscar uma interação com a família, pois é salutar que haja essa comunicação, uma vez que, tanto a escola como a família devem ter interesses comuns em relação a educação do educando porque uma consequência interessante do conhecimento compartilhado progressivo que os pais; as mães e os professores constroem sobre a criança é a possibilidade de estabelecer critérios educativos comuns. (AQUINO, 1999).

2.5 A importância do Psicólogo Educacional

Nesta via, Antunes (2007) apresenta uma definição sobre a Psicologia Educacional, senão vejamos:

A Psicologia Educacional pode ser considerada como uma subárea da psicologia, o que pressupõe esta última como área de conhecimento. Entende-se área de conhecimento como corpus sistemático e organizado de saberes produzidos de acordo com procedimentos definidos, referentes a determinados fenômenos ou conjunto de fenômenos constituintes da realidade, fundamentado em concepções ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas determinadas. Faz-se necessário, porém, considerar a diversidade de concepções, abordagens e sistemas teóricos que constituem as várias produções de conhecimento, particularmente no âmbito das ciências humanas, das quais a psicologia faz parte. Assim, a Psicologia da Educação pode ser entendida como subárea de conhecimento, que tem como vocação a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico constituinte do processo educativo.

A Psicologia Escolar, diferentemente, define-se pelo âmbito profissional e refere-se a um campo de ação determinado, isto é, a escola e as relações que aí se estabelecem; fundamenta sua atuação nos conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação, por outras sub-áreas da psicologia e por outras áreas de conhecimento. Deve-se, pois, sublinhar que Psicologia Educacional e Psicologia Escolar são intrinsecamente relacionadas, mas não são idênticas, nem podem reduzir-se uma à outra, guardando cada qual sua autonomia relativa. A primeira é uma área de conhecimento (ou sub-área) e tem por finalidade produzir saberes sobre o fenômeno psicológico no processo educativo. A outra constitui-se como campo de atuação profissional, realizando intervenções no espaço escolar ou a ele relacionado, tendo como foco o fenômeno psicológico, fundamentada em saberes produzidos, não só, mas principalmente, pela subárea da psicologia, a psicologia da educação (p. 3-4).

Com esse pequeno fragmento, a autora ressalta que “muitas expressões são utilizadas, dentre as quais: Psicologia Educacional, Psicologia da Educação, Psicologia na Educação e outras. Há implicações teóricas que subjazem à opção por uma ou outra denominação, mas que não serão aqui tratadas, dada delimitação do presente texto” (p. 3).

Em linhas gerais a definição mostra Psicologia Educacional e da Educação como sinônimos e correspondem à teorização ou produção de saberes sobre o processo educativo e a Psicologia Escolar como um campo de atuação ou prática do psicólogo em contextos educativos diversos. Antunes (2011) trata do tema dizendo que essas diferenciações devem ser observadas a partir do contexto histórico no qual

estão inseridas e, portanto, é de suma importância trazer à luz como foram constituídas historicamente.

De acordo com Machado (2003), a concepção que vincula Psicologia e Educação endossa a necessidade de estabelecimento de estratégias que iluminem as tensões do cotidiano.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996 como o instrumento que define objetivos, prioridades, condições e meios que devem reger a política educacional no país, para além das suas já apontadas e discutidas divergências sociais e econômicas (Saviani, 1997; Del Prette, 2007), dificulta o esclarecimento quanto à questão da profissionalização do psicólogo que atua na interface Psicologia e Educação.

O artigo 71 que estabelece a definição das despesas educacionais, em seu inciso IV, não só exclui o psicólogo dos espaços educativos como situa os seus serviços entre outras formas de assistência social (LDB, 1996).

Este equívoco, além de descaracterizar a relação da Psicologia com a Educação, impede a inserção efetiva do psicólogo no quadro funcional da Escola. Ela ainda acontece com o recurso de profissionais *emprestados* da saúde ou alocados em funções que não correspondam às suas competências. A presença do psicólogo escolar não é realidade na grande maioria das escolas brasileiras, porém se percebem os benefícios que esse profissional pode trazer à aprendizagem dos alunos através da identificação e intervenção nos casos que se fizerem necessários, bem como orientações para a direção da escola, da equipe pedagógica e dos pais (GUZZO, 2011).

De acordo com a Resolução 013/07 do CFP, cabe ao psicólogo escolar ocupar-se de um amplo leque de possibilidades que se referem diretamente ao âmbito do ensino-aprendizagem, tanto em seu contexto formal (escola, instituições de ensino) quanto no informal (organizações não governamentais, empresas, etc.). O psicólogo escolar/educacional trabalha os processos educacionais que acontecem tanto com crianças e adolescentes como com pessoas adultas ou mais maduras. Exemplos disso são os programas de acompanhamento psicopedagógico e educacionais realizados no ensino de jovens e adultos (EJA), nas escolas técnicas, nas universidades e nos programas de universidades para a terceira idade (BONAI;

THIERS, 2006).

Além desses contextos, o psicólogo que se ocupa dos processos educacionais hoje pode atuar junto a organizações não governamentais (ONGs), programas de treinamento em empresas, hospitais, associações comunitárias ou qualquer outro local onde ocorram esses processos de ensino e aprendizagem; porém é necessário que o psicólogo centre seu foco de atenção nos processos educacionais, especialmente nas condições de ensino e aprendizagem, para que sua atuação não se confunda com a realizada por outros psicólogos que também atuam nestas instituições, com diferentes focos (organizacional, hospitalar) (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2005; PATTO, 1997).

Embora a atuação do psicólogo escolar tenha se modificado, continua apresentando-se problemática, tanto em função do sistema educacional brasileiro (que está distante das condições de excelência no ensino) como pela formação oferecida aos futuros profissionais da Psicologia que atuarão nesse campo. A formação geralmente é deficiente e não contempla as especificidades presentes nos processos educacionais e no contexto escolar.

O Psicólogo deve auxiliar aos professores a determinar como foco, não a dificuldade, mas a promoção de superação dos limites e desenvolvimentos das eficiências, pois o trabalho a ser desenvolvido pelo psicólogo educacional tem como meta principal o ajustamento do indivíduo, além disso, a sua prática profissional envolve ação junto a diretores, professores, orientadores e pais com a finalidade de conseguir condições que favoreçam o desenvolvimento da personalidade do escolar, não ficando as suas funções limitadas apenas ao diagnóstico de alunos considerados problemas ou difíceis. (GUZZO, 2001; GUZZO e cols., 2010).

Para Meira (2002), o trabalho do psicólogo no Ensino não é um trabalho de intervenção psicológica, mas sim de problematizar e discutir questões que são, de alguma maneira, referentes à Psicologia enquanto campo de atuação e de conhecimento. Tratar a questão dos encaminhamentos escolares como encaminhamentos da escola, buscando compreender como se processa a escolarização, é ainda um importante desafio para a Psicologia Escolar e Educacional.

Cada vez mais, o profissional deverá lutar pela importância de compreender a queixa escolar não como mero reflexo de problemas emocionais, mas sim como fruto

das relações escolares e rever o processo diagnóstico e seus instrumentos de avaliação, sob pena de darmos destinos que vão constituindo um indivíduo que se distancia cada vez mais da sua condição de ser humano e ser de direitos. Além disso, precisaremos articular ações no plano da formação profissional com as Clínicas-Escola para o atendimento de queixas escolares e articular ações entre os psicólogos que atuam na área da educação com os que se encontram na área da saúde, ampliando a compreensão do processo de escolarização e sua importância na constituição dos indivíduos (CAMPOS, 2007).

A atuação do psicólogo na escola, longe de constituir uma ameaça para o trabalho ou para o espaço de outros profissionais, vem, na sua especificidade, somar-se ao trabalho da equipe, contribuindo para o trabalho intenso e criativo que, dadas as exigências do processo educativo, a equipe tem de coordenar e realizar. Planejar conjuntamente, organizar e distribuir adequadamente o trabalho, articular as ações evitando superposições desnecessárias e dar o melhor de cada um em função das especificidades de sua formação e de suas competências profissionais constituem elementos essenciais para o funcionamento eficaz das equipes multiprofissionais. Esses elementos devem caracterizar o trabalho da equipe de direção técnica da escola na sua condição de equipe multiprofissional (MARTINEZ, 2009).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim podemos estabelecer que o papel do psicólogo na educação é atuar em parceria com a escola e os pais. Esse profissional atua dentro de uma equipe multidisciplinar (professores de diferentes áreas de atuação, coordenadores, gestão, colaboradores de modo geral e até familiares), visando colaborar com os conhecimentos psicológicos e, principalmente, mediando e investigando como intervenções diretas e indiretas podem causar impactos positivos em quem estiver envolvido.

E mais, o papel do psicólogo na educação tem por objetivo agir de forma preventiva e transformadora, buscando ajustes e mudanças para indivíduos ou grupos dentro da escola. Dessa forma, o profissional age e contribui para o desenvolvimento cognitivo, humano e social de toda a comunidade escolar por meio de projetos, ações, reflexões etc.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1992), mais do que impedir ou prevenir problemas emocionais ou comportamentais, o psicólogo deve favorecer a criação de oportunidades a fim de promover a saúde mental e o bem-estar de todos os que frequentam uma instituição escolar.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. F. C. (2005). **O Psicólogo Escolar e os Impasses da Educação: Implicações da(s) Teoria(s) na Atuação Profissional.** Em Z. Del Prette (Org). Psicologia Escolar e Educacional, saúde e qualidade de Vida (pp. 43-57). Campinas, SP: Alínea.

ALMEIDA, R. S.; ALVES, C. B.; NEVES, G. N.; SILVA, L. P.; PEDROZA, R. L. S. **O professor de ensino médio e a psicologia em seu cotidiano escolar.** Universidade de Brasília, 2007.

ANTUNES, M. A. M. (2007). **Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas.** Cadernos de Psicopedagogia, 6(11), 0-0. Recuperado: 02 jun 2012. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572008000200020&script=sci_arttext. Acesso em: 04 Mar. 2023.

ANTUNES, M. A. M. (2011). **Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica.** Em R. G. Azzi & M. H. T. Gianfaldoni (Orgs.), Psicologia e Educação (pp. 9-32). São Paulo: Casa do Psicólogo.

ANDALÓ, Carmen Silva de Arruda. **O papel do psicólogo escolar.** psicologia Ciência e profissão. 1984; n°1; vol.4 p.p 43-46.

CAMPOS, H. R. (Org.) **Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas.** Campinas: Alínea, 2007.

BOCK, A. et al. **Psicologia Sócio-Histórica.** São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, Casa Civil, **Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, **Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DROUET, R. C. R. **Distúrbios da aprendizagem.** São Paulo: Atiçar, 2006.

GUZZO, R. S. L. (2001). **Formando Psicólogos Escolares no Brasil: Dificuldades e Perfectivas.** Em S. M. Weschler (Org.), Psicologia Escolar: Pesquisa, Formação e Prática (p. 92). Campinas, SP: Alínea. Guzzo, R. (Org). (2002). Psicologia Escolar: LDB e educação hoje. São Paulo: Alínea. Guzzo, R., Mezzalira, A., Moreira, A., Tizzei, R., & Silva Neto W. (2010). Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. Psicologia.: Teoria e Pesquisa, 26, 131-141.

MARINHO-ARAÚJO, C.; **Psicologia Escolar: Construção e consolidação da identidade profissional.** Campinas, SP: Alínea.

MARTÍNEZ, A. M. **Psicologia Escolar e Educacional**: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 169-177, jan./jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-855720090001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2023.

MEIRA, M. E. M. (2002). **Psicologia Escolar**: pensamento crítico e práticas profissionais. Em E. R. Tanamachi, M. Proença, & M. Rocha (Orgs.), *Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos* (pp. 35-72). (2a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

PATTO, M. H. S. (Org). (1997). **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.